

DO MUSEU INEXISTENTE

JAIME RODRIGUES*

“Paciência, trabalho, sobriedade, frugalidade e religião é o que se deve recomendar a eles [os trabalhadores]; tudo o mais é pura fraude”.

Edmund Burke, político inglês do Partido Whig, em 1795. Citado por E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa. V. I: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 59.

“A história não é o antigo, nem é o velho, nem é o bonito, nem é aquilo ‘digno’ de ser conservado. A história desta cidade é, talvez, exatamente a confusão em que ela vive”.

Déa Ribeiro Fenelon. “Os (des)caminhos da preservação”. In: São Paulo (cidade). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH/SMC, 1992, p. 225.

* * *

São Paulo é tida como a terra do trabalho. Parto do princípio de que o leitor, se não compartilha desta ideia, ao menos a reconhece como parte do imaginário construído pelos e sobre os paulistas, sobretudo no século XX, quando a imagem de “locomotiva da nação” enraizou-se em função do acelerado processo de industrialização da cidade, tida como uma das que mais crescia no mundo.

Não irei cansá-los com um arrolamento de exemplos comprobatórios. Trarei, aqui, apenas uma evidência significativa, até porque foi, ela própria, fruto de um longo trabalho, feito por alguém de fora de São Paulo – sinal de que identidade é algo construído num processo de mão dupla, do indivíduo e/ou da coletividade para os outros e vice-versa. Refiro-me à *Sinfonia Paulistana*, de Billy Blanco, nascido em Belém, no Pará. Durante dez anos, Blanco trabalhou para compor sua *Sinfonia*, lançada em 1974, quando a cidade completava 420 anos de fundação.

A canção – uma homenagem a São Paulo – fez enorme sucesso, sendo utilizada durante anos como vinheta de um jornal radiofônico bastante escutado pelos paulistas.

* Professor Adjunto de História do Brasil – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Vários trechos da letra ressaltam o trabalho como um valor intrínseco e tradicional dos paulistas. Selecionei alguns versos:

“As coisas da história de São Paulo exigem
A honra que se faça ao nome de Bartira, Bartira
Era tudo, era o nada rio acima
Que o paulista no peito ia vencer
Pra fazer mais Brasil do que existia”

De tez morena pela mestiçagem entre brancos e índios, o paulista já trabalhava nos primórdios para construir o Brasil onde antes era o “nada” do território indígena. Com a escravidão africana e a vinda de europeus e asiáticos, a relevância do trabalho só fez crescer, na versão de Blanco.

“São Paulo, que amanhece trabalhando
São Paulo que não pode adormecer
Porque durante a noite, paulista vai pensando
Nas coisas que de dia vai fazer.
São Paulo, todo frio quando amanhece
Correndo no seu tanto o que fazer
Na reza do paulista, trabalho é Padre-Nosso
É a prece de quem luta e quer vencer (...)
Paulista é quem vem e fica plantando, família e chão
Fazendo a terra mais rica, dinheiro e calo na mão (...)
Faz a paz e a guerra, traz a Lua pra Terra
No mais aumenta a barriga do comendador (...)
Olhando pro alto, o Sol verdadeiro está no asfalto
Na terra, no homem e na produção (...)”

O trecho mais conhecido dessa canção destacava como São Paulo não parava de crescer por causa de um povo que sempre corria, por saber que tempo é dinheiro. O trecho usado como vinheta no rádio terminava assim: “*vambora, vambora, olha a hora, vambora*”, como a mandar todos ao trabalho¹.

Celebrativa porque veiculada em uma efeméride, e laudatória ao gosto da ditadura em meio à qual foi lançada, a *Sinfonia Paulistana* reiterava valores correntes. Mesmo assim, Billy Blanco não deixou de reconhecer que tanto trabalho resultava na concentração de riqueza. É um reconhecimento tímido, quase disfarçado em apenas um

¹ *Sinfonia Paulistana*, disponível em <http://letras.terra.com.br/billy-blanco/376623/>.

verso referente ao aumento da barriga do comendador – que não trabalha e vive à custa do trabalho alheio. O compositor estaria se referindo a um comendador em particular, um que simbolizasse o patrão? Quero crer que sim, e que esse comendador alguém da família Matarazzo, dona de um império industrial, símbolo do progresso paulista e grande empregadora de operários fabris.

Os Matarazzo foram publicamente homenageados em diversas oportunidades. Por exemplo, pelo empréstimo do nome de Francisco Matarazzo a uma avenida na Água Branca. Com um bronze em tamanho natural do mesmo personagem numa pracinha na mesma avenida, hoje quase escondida pelo Shopping West Plaza. Com o batismo de um distrito da Zona Leste de São Paulo, nas proximidades de onde sua família fez instalar unidades industriais, com o nome de um de seus membros, que também foi homenageado no ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil que passa pelo bairro: a estação (e o bairro) de Ermelino Matarazzo.

Terra do trabalho, São Paulo celebra patrões mas não celebra oficialmente os trabalhadores em nenhum lugar da memória de grande visibilidade. Se ruas são batizadas com nomes de industriais ou se estes tem erguidos monumentos públicos em honra de sua memória, com os trabalhadores a situação é diferente. A Rodovia dos Trabalhadores, por exemplo, inaugurada em 1982 e inicialmente chamada Via Leste, foi rebatizada como Ayrton Senna logo depois que o piloto faleceu em um acidente no Grande Prêmio de San Marino de Fórmula 1, em maio de 1994. Sem pôr em questão a importância e a popularidade de Senna, resalto que a homenagem a um indivíduo se fez à custa da única referência aos trabalhadores em um lugar muito conhecido e de uso público – no caso, uma rodovia.

A denominação de logradouros é um lugar da memória inegável. As ruas, praças e avenidas de cada município ou bairro valeriam um estudo sobre os critérios de escolha de seus nomes e a lógica das homenagens que são feitas na denominação de ruas e prédios públicos. Mas não é desse lugar da memória ou esquecimento que vou tratar aqui, e sim do museu inexistente em São Paulo: o museu do trabalho e do trabalhador. Embora inexistente, curiosamente ele tem uma história.

* * *

São Paulo tem muitos museus, com diferentes tamanhos, temáticas, acervos e suportes variados. Não é o caso de inventariá-los aqui, mas apenas destacar a antiguidade do funcionamento de alguns deles e a modernidade de outros, tanto temporal quanto tecnológica.

Dentre as instituições museológicas mais antigas, estão o Museu Paulista, inaugurado em 1895, e a Pinacoteca do Estado, de 1905. Ambos ajudaram a construir e a consolidar uma certa narrativa da história de São Paulo e da arte, ainda que direções e curadorias mais recentes tenham alterados substancialmente seus perfis museológicos.

Há também o Memorial do Imigrante, inaugurado como Centro Histórico do Imigrante em 1986² e que passará a se chamar Museu da Imigração e contará com “uma exposição mais moderna, interativa e multimídia”, de acordo com notícias recentemente veiculadas na imprensa³. Não é propriamente um museu do trabalho, mas ao menos faz uma alusão, recortada, a um certo tipo de trabalhadores.

Para além das divisas do estado de São Paulo, há algumas iniciativas que remetem à experiência do trabalho como passíveis de incorporação aos museus. Os dois exemplos mais marcantes são o Museu do Trabalho, de Porto Alegre, e o Museu de Artes e Ofícios, de Belo Horizonte.

O Museu do Trabalho gaúcho, fundado em 1982, em plena ditadura, na gestão do arenista Guilherme Socias Villela, foi projetado para funcionar na antiga Usina do Gasômetro e salvá-la da implosão – uma espécie de sina de museus com essa temática, como ficará claro logo mais. Ambas as ideias (a da implosão e a do museu na usina) não foram adiante, mas uma associação civil sem fins lucrativos com vistas à formação do Museu do Trabalho acabou sendo constituída em 1981. O museu ocupou uma sede provisória onde funciona até hoje, em galpões da Marinha construídos na década de 1930 nas proximidades da Rua da Praia e que abrigava um depósito da Secretaria de Obras Públicas do estado e um estacionamento⁴. Originalmente, havia algumas diretrizes para a constituição do acervo:

² Ficha de Identificação do Bem Tombado/Condephaat; *Bens culturais arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Negócios Metropolitanos; Emplasa; Sempla, 1984, pp. 428-429.

³ *Folha de S. Paulo*, 3 mar.2011, Cad. Cotidiano, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0303201113.htm>.

⁴ VALENZUELA, Stella Máris. “Um museu para o trabalho”, disponível em <http://www.sinpro-rs.org.br/extra/jul98/cultu1.htm>, acesso em 4 mar.2011.

Em sua concepção original, o Museu do Trabalho seria constituído de um acervo que retratasse de forma cronológica a evolução do mundo do trabalho no Rio Grande do Sul. Esta evolução seria recortada pelas formas de organização que prevaleceram ao longo desse tempo, especialmente o artesanato e culminando com o modelo fabril sem deixar, contudo, de apontar para novas formas de organização que se desenham para o futuro.

Todavia, em razão da falta de espaço e da frustração decorrente da não localização do Museu do Trabalho na Usina do Gasômetro, o acervo constitui-se de peças isoladas representativas de algumas empresas tradicionais do RGS. Assim, lá está uma mesa de ourives da extinta Casa Masson, máquinas da gráfica da Livraria do Globo e outros instrumentos de trabalho que remontam à distintos momentos da história econômico e social do Rio Grande do Sul”⁵.

Além dessas peças, que somam em torno de 100 itens, os cerca de 15 mil visitantes anuais do Museu do Trabalho porto alegreense podem ver fotos e documentos diversos sobre o universo do trabalho. A instituição custodia ainda o Arquivo Leopoldis-Som, com cerca de mil filmes dessa extinta companhia cinematográfica. Uma oficina de gravuras que permite a compra de obras de artistas vinculados ao projeto por um sistema de consórcio, um teatro anexo e cursos de artes plásticas são outras iniciativas que tem lugar ali, com o objetivo de manter e ampliar o escopo e orçamento do museu, reforçado pelas anuidades pagas pelos sócios – já que ele não é oficial e, portanto, não recebe verbas públicas.

O mineiro Museu de Artes e Ofícios (MAO) é mais recente. Criado em 2005, a instituição reúne o acervo da colecionadora e mecenas Angela Gutiérrez no edifício da antiga Estação Central de Belo Horizonte, ou Dom Pedro II, edificada em 1922 no lugar da antiga estação provisória da nova capital mineira, de fins do século XIX. O MAO define-se da seguinte forma:

“O Museu de Artes e Ofícios (...) é um espaço cultural que abriga e difunde um acervo representativo do universo do trabalho, das artes e dos ofícios do Brasil. Um lugar de encontro do trabalhador consigo mesmo, com sua história e com o seu tempo. (...) O MAO preserva objetos, instrumentos e utensílios de trabalho do período pré-industrial brasileiro (...) [e] revela a riqueza da produção popular, os fazeres, os ofícios e as artes que deram origem a algumas das profissões contemporâneas”⁶.

⁵ Cf. informações disponíveis em “Acervo de máquinas”, <http://museudotrabalho.org/>, acesso em 4 mar.2011.

⁶ “Museu de Artes e Ofícios”, disponível em <http://www.mao.org.br/port/institucional.asp>.

A coleção de itens pré-industriais do acervo remonta ao século XVIII e segue até o XX, embora não se possa dizer que os saberes-fazeres ali representados tenham desaparecido por completo na contemporaneidade. Suas ferramentas e máquinas, seus utensílios e equipamentos estão divididos em categorias e espaços expositivos dedicados a temas como produção de bebidas e alimentos, manipulação de matérias primas como madeira, ouro, ferro, barro e couro, artesanato, transportes e comércio⁷.

Campinas abriga uma iniciativa mais modesta: o Museu do Trabalho Feminino Alzira Helena Vallim Ferreira, criado em 1998 junto ao Seminário Teológico Presbiteriano do Sul e ao Museu da Igreja Presbiteriana do Brasil⁸. Já a imprensa do ABC paulista noticiou recentemente que se cumpriria o desejo existente há décadas para a instalação de um Museu do Trabalho e do Trabalhador na região, em função do perfil da produção industrial, do sindicalismo e de seus significados para a história do Brasil nas últimas décadas. Um jornal local quis ver em uma exposição instalada em 2010 no Museu Municipal de São Caetano do Sul o embrião dessa “velha aspiração da memória” do ABC, depois que a ideia de um museu do trabalhador já fizera parte dos programas de candidatos à prefeitura de Santo André e São Bernardo em sucessivas eleições⁹.

No ABC, uma nova proposta de Museu do trabalho surgiu em São Bernardo do Campo sob a gestão de Luiz Marinho. A marca industrial e sindical da região é, mais uma vez, a motivação. Inicialmente, seria montado um memorial dedicado aos metalúrgicos no histórico Estádio de Vila Euclides, tombado em âmbito municipal pelo Compahc (Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo) desde 2002, experiência que seria sucedida por um projeto mais “amplo e ambicioso, que contará a história do trabalho desde os tempos mais remotos até os dias de hoje”, nas palavras de Celso Frateschi quando esteve cotado para assumir a Secretaria de Cultura do município. O museu deverá ocupar o terreno do antigo Mercado Municipal, que fechou as portas em 2004, a partir de projeto do arquiteto

⁷ “O acervo do Museu de Artes e Ofícios”, disponível em <http://www.mao.org.br/port/acervo.asp>.

⁸ Cf. “Trabalho feminino da Igreja Presbiteriana do Brasil: breve histórico”, disponível em http://www.saf.org.br/downloads/historico_trabalho_feminino.html.

⁹ “São Caetano ensaia o Museu do Trabalho e do Trabalhador”. Diário do Grande ABC, 29 mar.2010, disponível em <http://www.dgabc.com.br/Columnists/Posts/15/3680/sao-caetano-ensaia-o-museu-do-trabalho-e-do-trabalhador.aspx>.

Marcelo Ferraz e conteúdo desenvolvido pelo historiador Paulo Fontes¹⁰. Na ausência de um projeto formal, temos as palavras do secretário de Cultura de São Bernardo, Leopoldo Nunes, e algumas outras informações acerca das diretrizes do museu:

“o museu terá como objetivo mostrar como o trabalho influencia no desenvolvimento da cidade, destacando sua atuação no mundo, bem como as relações de São Bernardo com a indústria moveleira, automobilística e a fase rural na região. ‘O museu será o primeiro dedicado ao mundo do trabalho e do trabalhador no País. Será um espaço muito agradável e moderno, onde serão utilizados recursos de artes gráficas e visuais, tecnologia 3D e digital, que permitirão dispor o acervo de todo o mundo’ (...). No total serão cerca de 5 mil metros quadrados de área construída, com espaço para exposições multimídia temporárias, além de uma mostra permanente, que contará as várias fases da história do trabalho em São Bernardo, como, por exemplo, a linha de montagem. Haverá ainda um jardim com ferramentas em desuso de grande escala remetendo ao mundo do trabalho, desde as primeiras que surgiram até as máquinas utilizadas atualmente; espaços de convivência e pesquisa de referência sobre o mundo do trabalho; loja para venda de souvenirs e auditório para 200 pessoas com acesso independente”¹¹.

Na imprensa, a proposta do memorial em Vila Euclides recebeu críticas, sobretudo pela pretensão inicial de abrigar o arquivo privado do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva e pela suposta instrumentalização do poder público, ao custodiar um acervo privado. Lula deu outro destino para seu arquivo e as críticas arrefeceram.

Quanto ao museu no centro de São Bernardo, previa-se o início das obras para abril de 2011, com recursos do Ministério da Cultura e do município, e a inauguração para o primeiro semestre de 2012¹².

¹⁰ “Memorial e Museu do trabalho em São Bernardo”, disponível em <http://blog.alpharrabio.com.br/2009/03/14/memorial-e-museu-do-trabalho-em-sao-bernardo/>; “Marinho anuncia projeto do Museu do Trabalho e do Trabalhador”, disponível em <http://www.portaldograndeabc.com/pgabc/noticias/noticia.php?marinho-anuncia-projeto-do-museu-do-trabalho-e-do-trabalhador&n=3287>; “Obras do Museu do Trabalho e do Trabalhador começam em abril em São Bernardo”, disponível em <http://www.pt-sp.org.br/noticia.asp?p=Cultura&acao=verNoticia&id=2486>; SANTOS, Jéssica. “Estádio em São Bernardo pode abrigar o Museu do Trabalho e do Trabalhador”, 4 mar.2010, disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidades/2010/03/estadio-em-sao-bernardo-pode-abrigar-o-museu-do-trabalho-e-do-trabalhador>.

¹¹ “Marinho anuncia projeto do Museu do Trabalho e do Trabalhador”, disponível em <http://www.portaldograndeabc.com/pgabc/noticias/noticia.php?marinho-anuncia-projeto-do-museu-do-trabalho-e-do-trabalhador&n=3287>; MARTINS, Ana Carolina. “Prefeito anuncia projeto do Museu do Trabalho e do Trabalhador”. Disponível em http://www.saobernardo.sp.gov.br/comuns/pqt_container_r01.asp?srcpg=noticia_completa&ref=7016&qt1=0.

¹² “Obras do Museu do Trabalho e do Trabalhador começam em abril em São Bernardo”, 26 de novembro

Curioso notar que, do mesmo modo que o Museu do Trabalho de Porto Alegre, o de São Bernardo também é tido por seus idealizadores como o primeiro nessa temática no país. Se não é verdade, ao menos é sinal da raridade de museus do trabalho no Brasil e da inexpressividade do tema em instituições museológicas conhecidas e reconhecidas nacionalmente.

Brasília, uma capital que não tem sua identidade coletiva demarcada pela associação ao trabalho, a não ser pelos candangos, também possui um Museu do Trabalho na sede do Ministério do Trabalho e Emprego. Criado em 1990, ele encerrou suas atividades em 2004 e reabriu em 2006, com uma exposição temporária que não garantia o funcionamento contínuo do museu. A rigor, não se trata de um lugar da memória do trabalhador, mas sim do Ministério que o abriga, com fotos dos ex-ministros e uma reprodução do gabinete de Lindolfo Collor, primeiro ministro do Trabalho, indicado por Getúlio Vargas em 1930. Alguns documentos originais também ficavam expostos lá¹³.

Estes últimos casos, de Campinas, São Caetano, São Bernardo e Brasília, de algum modo referendam o título que dei a este texto: do museu inexistente. Mas o caso de museu inexistente mais polêmico e duradouro é o de São Paulo. É dele que tratarei a seguir.

* * *

O Museu do Trabalho de São Paulo, inexistente, foi uma ideia que sequer chegou a se constituir em projeto. Nem por isso deixou de ser polêmico e, curiosamente, virou lei. Aparentemente, a polêmica referia-se menos ao conteúdo do museu do que ao lugar onde a instituição ficaria sediada. Mas é preciso ir além da aparência.

O início dessa história situa-se em 1989, mais precisamente nos primeiros meses da gestão de Luiza Erundina frente à Prefeitura de São Paulo. Candidata do Partido dos Trabalhadores, ela elegeu-se no último pleito realizado em um turno na história recente

de 2010, disponível em <http://www.pt-sp.org.br/noticia.asp?p=Cultura&acao=verNoticia&id=2486>.

¹³ Como o original da Lei dos Dois Terços ou de nacionalização do trabalho, o decreto de Criação do Ministério do Trabalho (datados de 1930) e a Aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (de 1943), cf. “Museu do Trabalho reabre para comemorar Dia do Trabalhador”, disponível em <http://www.mte.gov.br/noticias/conteudo/11200.asp>.

das eleições brasileiras. Recebeu cerca de 1/3 dos votos dos eleitores e governou com uma Câmara Municipal majoritariamente de oposição. Os tempos não eram fáceis.

Mas a oposição e as tentativas de desacreditar o Executivo também vinham de outras fontes. Na Secretaria de Cultura, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental (Conpresp), criado em 1985 (sob o prefeito Jânio Quadros) mas instalado somente em outubro de 1988 (no final da gestão Mário Covas), começava a funcionar de fato em 1989. Para quem esperava uma atuação decorativa, a surpresa foi grande: as questões do patrimônio histórico, pela primeira vez, ganhavam um espaço no debate sobre o planejamento urbano, tendo os membros do Conpresp discutido políticas públicas de igual para igual com outros órgãos que até então detinham o monopólio nessa área, como as Secretarias do Planejamento, da Habitação e dos Transportes, por exemplo. Na Secretaria da Cultura e, mais especificamente, no Conpresp, a especulação imobiliária encontraria uma barreira à sua sanha que, havia décadas, transformava a cidade naquilo que sabemos hoje o que é.

Um debate ocorrido em 1991 foi esclarecedor desse embate. Romeu Chap Chap – presidente do sindicato das empresas da construção civil (o Secovi-SP) – desaprovou os “atos intempestivos” de autoridades do governo, tomados, na sua visão,

“sem o critério saudável para efetivamente contar com a colaboração de proprietários dos verdadeiros patrimônios históricos que acabam por descaracterizá-los, ou mesmo demolir para se verem livres de prejuízos ou eventuais injustiças que na maioria das vezes são cometidas (...) Do ponto de vista absolutamente empresarial, hoje os construtores incorporadores estão extremamente preocupados e perplexos com a sequência de tombamentos que vêm sendo praticados, tanto pelo Condephaat como pelo Conpresp”¹⁴.

Quando o debate ocorreu, a polêmica continuava a pleno vapor e o temor dos proprietários e especuladores não dava sinais de arrefecimento. Chap Chap referia-se a atos como o tombamento do Bixiga e do Anhangabaú como manchas urbanas e, também, à mansão Matarazzo. Este último era o imóvel escolhido pela Prefeitura para abrigar o Museu do Trabalho.

¹⁴ FENELON, Déa Ribeiro; CHAPA CHAP, Romeu; LEMOS, Carlos; LUZ, Maturino. “Os (des)caminhos da preservação”. In: São Paulo (cidade). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH/SMC, 1992, p. 213. O livro reúne parte do material apresentado no Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania, de 1991.

Além de polêmica, a situação era de confronto explosivo, sem exagero. O Condephaat estudara o tombamento da mansão e, em 1983, decidiu não levar o processo adiante. Mas o processo foi reaberto naquele órgão em março de 1989, a pedido do mesmo conselheiro que influenciara a decisão pelo não tombamento – o arquiteto Carlos Lemos. O motivo mais poderoso para reabrir o processo fora a tentativa de demolição da mansão com explosivos, conforme a imprensa destacaria entre março e abril daquele ano.

Técnicos da Secretaria das Administrações Regionais entraram na mansão nos primeiros dias de abril para vistoriar a tentativa clandestina de demolição na propriedade desabitada da Avenida Paulista, nº 1230. A família Matarazzo foi à delegacia prestar queixa por invasão de domicílio e abuso de poder, e a prefeitura intimou os proprietários a recuperarem a estrutura da casa, abalada pelas 24 bananas de dinamite que explodiram no porão em duas ocasiões¹⁵. Os técnicos constataram que a mansão não ruiu em razão do superdimensionamento da estrutura e do desconhecimento da empresa demolidora do “comportamento estrutural da residência”¹⁶. Ou seja, a construção era sólida e a demolidora era pouco competente.

Enquanto isso, a Associação Pró-Parque Modernista rapidamente conseguiu reunir mais de 1500 assinaturas em prol do tombamento da mansão Matarazzo pelo Condephaat. Essa associação já era ativa e agira em prol do tombamento da Casa Modernista da Rua Santa Cruz pelo mesmo Conselho em 1986. A casa fora projetada pelo ucraniano e precursor da arquitetura modernista no Brasil Gregori Warchavchik, para ser sua moradia, e construída entre 1927 e 1928. A experiência anterior impediu a demolição da casa para dar lugar a um empreendimento imobiliário. O que se seguiu foi uma espécie de farsa, de repetição histórica: era esse destino que os membros da Associação queriam evitar também para a mansão Matarazzo e os advogados da empreiteira também ameaçaram processar o Estado para indenizar suas clientes impedidas de realizar seu empreendimento¹⁷, como faziam os Matarazzo em 1989.

¹⁵ “Família Matarazzo vai processar Prefeitura por entrar em mansão”. *Folha de S. Paulo*, 4 abr.1989, p. C-5; “Erundina desapropria mansão dos Matarazzo”. *O Globo*, 13 abr.1989.

¹⁶ Conpresp, proc. nº 1989-0.002.581-3: *Tombamento do imóvel conhecido como Mansão Matarazzo, situado à Avenida Paulista, 1230, Setor 009, Quadra 047, Lote 001-1* (doravante citado apenas como *Conpresp 1989*), fls. 132-133.

¹⁷ CARRILHO, Marcos. “A ruína da Casa Modernista”. In: *A Permanência do Moderno* (Anais do 3º Seminário DOCOMOMO Brasil, São Paulo, 8 a 11 de dezembro de 1999). Disponível em

Uma inspeção realizada em diversos imóveis da Av. Paulista em 1982 por arquitetos do Departamento do Patrimônio Histórico municipal (DPH), considerara a mansão Matarazzo como de “interesse pelo futuro uso público a que pode ser destinado e pela grande área ajardinada que o circunda”¹⁸. Essa inspeção foi anexada ao processo de tombamento no Conpresp, aberto em 10 de abril de 1989, para ressaltar a antiguidade do interesse do poder público no imóvel e embasar o pedido de tombamento. Mas ela também pode ser lida como uma prova cabal da velocidade paquidérmica desse mesmo poder, que aguardou uma ação dos proprietários para, só depois, reagir. Também é verdade que 1982 e 1989 eram conjunturas muito distintas na Prefeitura de São Paulo. Durante anos, nada se fez, mas em poucos meses no início da gestão Erundina, em que pese a imensa dificuldade de se apropriar dos mecanismos da burocracia e fazê-los funcionar no interesse de uma causa, o tempo acelerou-se.

Primeiramente, o pedido de abertura do processo de tombamento, encaminhado por Déa Fenelon, presidente do Conpresp e diretora do DPH, ao colegiado, que acata o pedido e aprova sua primeira resolução (01/89), considerando o valor urbanístico e histórico do imóvel e “as notícias veiculadas pela imprensa que dão conta da ameaça iminente de sua demolição”¹⁹. Ao mesmo tempo, um parecer do conjunto de arquitetos da Seção de Crítica e Tombamento do DPH foi elaborado, e nele arrolou-se uma série de razões pelas quais era preciso abrir o processo de tombamento da mansão:

- 1) o inegável papel desempenhado pela família Matarazzo na sociedade brasileira da primeira metade do século XX, sobretudo no processo de industrialização;
- 2) o fato de que o Condephaat já havia tombado outros marcos da industrialização na qual os Matarazzo haviam sido protagonistas, entre eles a sede das IRFM no Viaduto do Chá (atual sede da Prefeitura), o Palácio dos Bandeirantes (atual sede do governo do Estado) e o antigo Hospital Matarazzo. Nas palavras dos técnicos, esses edifícios expressavam “o caráter, a um só tempo ambicioso e explorador, benemérito e paternalista, vaidoso e auto-glorificador dos Matarazzo, cujos atuais membros, demolindo a obra do patriarca, deixam patente o declínio desta outrora renomada família”. Ao propor o tombamento do casarão da Paulista, não pretendiam “contribuir

http://www.docomomo.org.br/seminario%203%20pdfs/sessao_especial/Marcos_carrilho.pdf.

¹⁸ *Conpresp 1989*, fl. 9.

¹⁹ *Conpresp 1989*, fls. 2 e 21.

para a manutenção do mito dos Matarazzo; ao contrário, em nossa concepção, ao preservar este imóvel, e futuramente outros pertencentes à família, desejamos dar contornos nitidamente realistas à atuação desta família na sociedade brasileira (...);

3) a ambiência do imóvel, deste os jardins até as linhas arquitetônicas da edificação;

4) em que pese a ambiência, o imóvel era considerado de qualidade arquitetônicas discutível. O objetivo não era salvaguardar “um bom projeto”, mas sim um “documento arquitetônico (...) da atmosfera mental em que viviam nossas classes privilegiadas”. O documento, obra de Marcelo Piacentini e demonstrativo das simpatias do Conde Francisco Maratazzo pelo fascismo, perdera seu “opulento recheio” em razão da crise financeira vivida pelos herdeiros, o que levou os arquitetos a lamentarem que o documento não estivesse completo, devido à dissipação dos móveis e da decoração da casa:

“Contudo, achamos que mesmo assim, face à significação histórica e urbana de que se reveste o imóvel, torna-se imprescindível seu tombamento. Ato aliás que apresenta uma faceta disciplinadora para as nossas elites, que agem tão brutal e ilegalmente quando saem em defesa de seus interesses pecuniários”²⁰.

A atuação marcadamente política, como em todo processo de tombamento, é inescapável, e não quero, com estas observações, diminuir o rigor das ações. Ao contrário. Observo apenas que, via de regra, os pareceres da Seção de Crítica e Tombamento eram atribuídos a um arquiteto, ainda que eventualmente as decisões técnicas de um indivíduo pudessem ser objeto de discussão entre seus pares. Mas, na ocasião, o parecer foi assinado pelo chefe da Seção em nome de todo o corpo técnico – procedimento que não era comum no órgão municipal de preservação.

Neste caso, a articulação política e técnica no interior do governo foi uma resposta à iniciativa da família, ao tentar destruir o imóvel e afrontar o poder público. Encerrada a seção do Conselho, foram enviados ofícios a Maria Pia Matarazzo e ao espólio de Francisco Matarazzo Jr, comunicando a abertura do processo de tombamento, sem esquecer de lembrar que ficava vedada a destruição, demolição ou mutilação da casa²¹. O informe era uma praxe legal, pois a abertura do processo cria, de fato, restrições válidas até a decisão final. Todavia, o lembrete obviamente fazia

²⁰ “Relatório da Casa do Conde Matarazzo, situada na Av. Paulista, 1230”, s/d *Conpresp* 1989, fls. 5-6

²¹ Ofícios *Conpresp* 7 e 8/89, 11 abr.1989, *Conpresp* 1989, fls. 23 e 24).

referência à tentativa de destruir o imóvel do início daquele mês, por ordem dos proprietários.

Um dia após a abertura do processo, a prefeita assinou um decreto que declarou o imóvel como de utilidade pública e passível de desapropriação, por ser “necessário à implantação da Casa da Cultura do Trabalhador e Museu do Trabalho”. O decreto previa a possibilidade de acordo com os proprietários do terreno de 11.916,43 m² e da área construída de 4.436m². Precavendo-se de um questionamento que já circulava em alguns meios paulistanos quando ao investimento de dinheiro público em um museu dessa natureza, o decreto atribuía ao Executivo a tarefa de angariar recursos na iniciativa privada para sua implantação, ainda que as parcelas da desapropriação fossem incluída nos orçamentos anuais do município²². Os jornais comentavam que o valor de mercado da casa era de mais de US\$ 120 milhões e espólio argumentaria que o valor da indenização deveria ser de US\$ 200 milhões²³.

A inusual rapidez na ação do poder público parece ter pego os proprietários de surpresa. A resposta do advogado do espólio só surgiu em 26 de abril. Num arrazoado de nove páginas, os proprietários apresentam uma peça jurídica denominada “defesa preliminar ao processo de tombamento”, como se num processo dessa natureza houvesse um réu. Tratava-se, na verdade, de um recurso administrativo²⁴. No entendimento do advogado, o Decreto nº 27.727, ao desapropriar o imóvel, fazia o processo de tombamento perder o sentido. Se fosse declarado de utilidade pública, o imóvel não poderia ser tombado²⁵ – um claro diversionismo, considerando que

²² Decreto nº 27.727, de 11 abr.1989. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, 12 abr.1989, com retificação publicada em 14 abr.1989. Disponível em <http://camaramunicipalsp.gaplaweb.com.br/iah/fulltext/decretos/D27727.pdf>.

²³ “Erundina desapropria mansão dos Matarazzo”. *O Globo*, 13 abr.1989; *Conpresp 1989*, fl. 177.

²⁴ Como afirmou o procurador municipal e membro do Conpresp, Roberto Heitor Ferreira Lima, em 29 de junho de 1989, às fls. 144-147 de *Conpresp 1989*. Lira nota que, durante o andamento do processo de tombamento, pela lei municipal, não caberia nenhum recurso administrativo, mas apenas no prazo de até 15 dias após o final do mesmo. Mas, no âmbito do Direito Administrativo, a reclamação era cabível. Lira ressaltou a confusão indevida entre tombamento e desapropriação, já que o tombamento não implica em perda da propriedade. “No tombamento, o que se pretende é a preservação do bem sem a perda da propriedade, enquanto que, na desapropriação (...), o imóvel passará para o domínio do expropriante, visando à implantação da Casa da Cultura do Trabalhador e Museu do Trabalho. Não obstante o Condephaat entender que o imóvel em apreço não apresenta qualquer interesse cultural, histórico ou arquitetônico para a sua preservação a nível estadual, não significa que o Município não tenha interesse em preservá-lo, pois os critérios que orientam o tombamento pelo Estado e pelo Município são diferentes”.

²⁵ *Conpresp 1989*, fls. 33 e 34.

inúmeros imóveis públicos são tombados e, nem por isso, podem ser descaracterizados. Pediam o arquivamento do processo de tombamento, já que o Condephaat havia declarado, em março de 1983, que o imóvel não apresentava interesse para fins de preservação. Tendo já havido uma decisão administrativa do Condephaat naquela altura e tendo o processo sido reaberto naquele órgão e aberto no Conpresp, a situação causava “incerteza e instabilidade jurídica” aos proprietários e ao público em geral, “em detrimento da credibilidade dos próprios órgãos preservacionistas, como consequência de decisões contrárias e conflitantes”²⁶. No caso do Conpresp, essa tese de direito administrativo não teria validade, considerando que as esferas estadual e municipal de preservação não mantêm relação de subordinação entre si. Embora o Conpresp tenha tombado *ex officio* tudo o que o Condephaat tombara na capital até 1989, o que o órgão estadual não tombara não ficava automaticamente excluído de estudos com vistas à preservação.

Quanto aos argumentos para preservar a casa e o terreno, rebatia-se o valor histórico em razão da propriedade do imóvel ter sido de Francisco Matarazzo – na opinião do procurador do espólio, a importância dele já ficara registrada quando do tombamento das de parte das instalações industriais da Água Branca, a chaminé e a casa das caldeiras²⁷. Se o valor histórico já fora reconhecido, o valor arquitetônico foi negado por especialistas, como Carlos Lemos e Pietro Maria Bardi, em artigos publicados na *Folha de S. Paulo* de 25 e 26 de abril de 1989, respectivamente.

A petição do espólio reconhecia que, “nas últimas semanas”, a imprensa era um repositório de opiniões contra o reconhecimento do valor arquitetônico, “em razão da celeuma criada por este e outros processos, emitidos por professores, arquitetos, historiadores e muitos outros componente de elite intelectual paulista, todos condenando unanimemente e algumas vezes de forma veemente, o tombamento do imóvel em questão”²⁸. Quanto à área verde, no terreno só havia grama e árvores já protegidas por severa legislação municipal. Decidindo-se pelo tombamento, seria necessário ressarcir os proprietários em razão da retirada do valor econômico do bem, onerando o Município e os contribuintes e deixando de lado “tantas outras obras sociais e culturais urgentes e

²⁶ *Conpresp* 1989, fl. 37.

²⁷ *Conpresp* 1989, fl. 39.

²⁸ *Conpresp* 1989, fl. 40.

necessárias”, “uma vez que é sabido que a propriedade em causa é uma das mais valorizadas do país”²⁹.

A imprensa era uma arena de luta, neste caso explicitamente engajada ao lado dos proprietários, como o advogado dos Matarazzo percebeu. Em seu texto, Carlos Lemos alegou que não queria voltar ao assunto, mas os “últimos incidentes pirotécnicos” acenderam “injustas críticas” às ações dele como conselheiro do Condephaat, e então ele resolveu se defender pessoalmente. Lemos reconhece que pedira o arquivamento do processo de tombamento da mansão em 1975 e o desarquivamento do mesmo em 1989, mas disse que “muita água passou por baixo da ponte” nesse tempo, fazendo-o rever sua posição. Quando do pedido de arquivamento, o arquiteto pensava que o tombamento não deveria proteger bens estrangeiros – como era o caso da mansão, projetada na Itália e entendida como uma espécie de disco voador descido na Paulista, que não dialogava com os padrões locais. Em 1989, Lemos pensava diferente, sobretudo pela proteção que o tombamento dera à coleção de arte estrangeira do acervo do Masp. “Por sorte, essa nossa intransigência xenófoba esvaiu-se”, escreveu ele.

Não se tratava de sorte, obviamente, mas isso pouco importa agora, como pouco importou para a decisão que o Condephaat estava perto de tomar. O fato é que a casa dos Matarazzo não fora tombada e desde 1983 os proprietários sabiam disso e não a demoliram porque não quiseram: “tudo poderia ter sido feito às claras, a qualquer hora, sem medo, sem a dinamite canhestramente colocada nos desvãos do porão”. Por pressão de entidades preservacionistas, a mansão mereceu novos estudos do Condephaat, e Lemos propôs uma solução semelhante à da Casa das Rosas, com a preservação da casa e do jardim e a liberação para a construção de um grande edifício no terreno. Se a mansão não merecia tombamento, “também não mereceu as bombas de gente assustada sem saudade e amor à memória de seus antigos. Afinal, acabaram merecendo o castigo esdrúxulo de Erundina”³⁰. Castigo, na visão daquele arquiteto, seria a desapropriação pelo valor venal do imóvel e não pelo valor de mercado. Mas posso supor que instalar ali o Museu do Trabalhador era parte do “castigo” merecido pelos Matarazzo, na avaliação de alguns conselheiros dos órgãos de preservação.

²⁹ *Conpresp* 1989, fls. 39-41.

³⁰ LEMOS, Carlos A. C. “A Casa dos Matarazzo”. *Folha de S. Paulo*, 25 abr.1989, p. A-3.

O artigo de Bardi foi escrito com mão mais pesada. Ouso dizer que era uma obra de encomenda. Foi publicado no mesmo dia em que o espólio apresentou sua “defesa preliminar” e virou anexo da “defesa preliminar” como argumento de autoridade. Bardi chamava o Conde Francisco Matarazzo de benemérito – e de fato ele era, mas da causa fascista, à qual doara dinheiro e aderira, entre outras ocasiões, ao deixar instruções sobre o rito de seu funeral, a ser cumprido no suntuoso mausoléu da família no Cemitério da Consolação. Seus vínculos com o fascismo eram suficientemente reconhecidos nos estudos históricos que embasam o processo de tombamento pelo Conpresp, exemplificado pela transformação do título pessoal de conde (recebido em 1917) em título hereditário em 1926, quando Mussolini já se tornara primeiro ministro italiano. Esse talvez fosse o “castigo” maior: industrial bem sucedido, Matarazzo seria “punido” *post mortem* pela instalação de um Museu do Trabalho na casa que mandara construir e, sendo ele simpático ao fascismo, o sabor do Museu nessa mansão seria melhor desfrutado gente socialista e provocadora que, nesse momento, ocupava a Prefeitura. Bardi discordava do castigo.

Ao discutir a decisão da prefeita de implantar ali o Museu do Trabalho, o diretor do Masp permitiu-se opinar a respeito, por ser “alguém com prática em problemas museográficos, para não dizer museológicos”.

O projeto da mansão foi desancado. Mussolini admirava o pseudoclassicismo – estilo da mansão, nas palavras de Bardi – por lembrar a arquitetura da Roma imperial. Mas o ousado Bardi já ridicularizara o estilo em uma exposição na qual trabalhara, na Galleria d’Arte di Roma, inaugurada pelo próprio Duce, que na ocasião dissera ao amigo Pietro: “Parece que você tem razão”. Se o Duce gostava do estilo, Bardi o convenceu do contrário e agora pretendia usar o mesmo argumento para demover a Prefeitura de São Paulo da ideia de tombar a mansão:

“Sua derrubada seria um benefício para a avenida com sua fisionomia de arranha-céus estando em vias de ser definitivamente fixada pelos poucos palacetes restantes que documentam o gosto dos donos do café, numa artéria que Lévi-Strauss definiu, justamente, como uma rua de estação de águas na Europa”.

Desancados ainda mais foram o trabalhador e seu museu. “Dona Luiza” – ele se referia assim à prefeita – deveria desistir do projeto do museu do trabalho porque era

impossível alcançá-lo. Bardi, ele mesmo, já tentara algo do gênero e não obtivera bons resultados:

“Seria complicado imaginá-lo [o Museu do Trabalho]. Eu mesmo, no Masp, organizei a exposição ‘A mão do povo brasileiro’ ainda em 69, para exaltar o trabalho deste maravilhoso canteiro que sempre foi o Brasil.

Apesar de todas as pesquisas, participando sociólogos e o próprio diretor do Patrimônio na época, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, o resultado não foi o previsto. O trabalho se integra com muitos e complexos problemas. Me parece complicado, com toda boa vontade e, pode ser, capacidade e fantasia, conseguir material de real interesse”.

“A mão do povo brasileiro”, de 1969, pelo que consta, fora organizada por sua mulher, Lina Bo Bardi, e é tida como um momento relevante da produção intelectual dela³¹. Para terminar, Pietro pedia a “Dona Erundina” que não criasse outro museu na capital da cultura e ajudasse com a reforma do teto do Masp, um próprio municipal, se possível pedindo dinheiro aos industriais da Fiesp, como já fizera o então Ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira³². Nada mais improvável de acontecer, naquela altura. Pietro Maria tinha outras ideias sobre o que fazer da Mansão Matarazzo, como criar um centro cultural Brasil-Itália, entidade que divulgaria a cultura italiana entre os brasileiros e que seria mantida por empresas italianas³³.

A decisão final sobre o imóvel que abrigaria o Centro da Cultura do Trabalhador e o Museu do Trabalho paulistanos viria à tona em março de 1990. Pela Resolução 1/90 do Conpresp, tombaram-se a casa principal, a portaria e o terreno com vegetação arbórea. A área de proteção envoltória foi definida como sendo os limites do lote. Ato contínuo, os herdeiros pediram uma indenização milionária e a revisão do processo, negado pelo Conselho. Em setembro do mesmo ano, a prefeita homologou a decisão³⁴.

Pouco antes do tombamento final, as entidades de classe dos arquitetos tentam a conciliação entre a Prefeitura e os Matarazzo. O Instituto dos Arquitetos do Brasil

³¹ No site oficial do Instituto Lina Bo e P. M. Bardi (http://www.institutobardi.com.br/instituto/atividades/12_Veneza_Guedes.html), lemos sobre Lina: “Sua exposição ‘A mão do povo brasileiro’, foi uma aula original e espetacular, que precisa ser recuperada, divulgada, e estudada em suas diversas dimensões”.

³² BARDI, Pietro Maria. “O Museu do Trabalhador”. *Folha de S. Paulo*, 26 abr.1989, p. A-3.

³³ Cf. SILVA, Ayrton Camargo. “Tombamento ou barbárie”. *Folha de S. Paulo*, 7 jul.1989, p. C-3.

³⁴ *Conpresp 1989*, fls. 162-217.

apontava o problema de fundo, representado pela resistência à “avassaladora transformação da cidade, à destruição de suas referências urbanas e à progressiva perda da qualidade de vida”³⁵. O nome desse processo era, e ainda é, especulação imobiliária. Para o IAB, criara-se um impasse por diversas razões: “A ideia ingênua da preservação, o açodamento de iniciativas do poder público e o desrespeito às normas e procedimentos instituídos levaram a situação a seus limites extremos”, reconhecendo que “a preservação dos bens culturais constitui menos um problema técnico e mais uma questão política e que diz respeito a todos nós, cidadãos (...)”. A intervenção era inócua naquela altura dos acontecimentos, mas contém uma interessante avaliação crítica ao reconhecer que

“os arquitetos tem sido penitenciados por terem assumido pioneiramente o problema da preservação dos bens culturais com a atenção reservada exclusivamente à produção arquitetônica. Com razão arguem especialistas da mais variada formação sobre os critérios que prevaleceram na eleição dos bens culturais a serem preservados”

A avaliação era uma evidente referência à primeira decisão do Condephaat em não tomar o imóvel em função do pouco interesse arquitetônico, em 1983. Como solução, o IAB sugeriu que fosse elaborado um concurso nacional de projetos, “aberto a equipes multidisciplinares”, que enfrentem o desafio de “manter o símbolo do local e responder às contingências do momento, sobretudo às de natureza econômica”³⁶.

Já o Sindicato dos Arquitetos de São Paulo manifestou-se favoravelmente ao tombamento da casa, mas solicitou que o município formulasse e expressasse publicamente uma política de preservação do patrimônio ambiental urbano “que estabeleça as prioridades a curto, médio e longo prazo, evitando assim ações emergenciais [de preservação]”³⁷. Mesmo tendo assento no Conselho, o Sindicato parecia desconhecer a necessidade de ações emergenciais de preservação, pois ameaças como a tentativa de demolição com dinamite invertem qualquer política de prioridades pré-estabelecidas.

O Museu do Trabalho ainda não apareceu, como é possível perceber nesta altura do texto. Como anunciei desde o título, ele é inexistente, não aparecerá. Mas a história

³⁵ *Conpresp* 1989, fl. 154.

³⁶ *Conpresp* 1989, fls. 154-155.

³⁷ *Conpresp* 1989, 8 fev.1990, fl. 153.

da preservação da mansão Matarazzo, ex-futura sede de um museu extinto antes de ter existido, ainda não tinham chegado ao capítulo final.

O epílogo é doloroso, até porque a palavra definitiva foi dada por Paulo Salim Maluf, que sucedeu Erundina na Prefeitura de São Paulo. Atendendo a uma determinação do Tribunal de Justiça, Maluf tornou nulos a resolução de tombamento 1/90 e o decreto de desapropriação de 1989³⁸. Essa administração avaliou que “a mansão Matarazzo foi condenada à ruína pela atitude demagógica da administração petista da senhora Luiza Erundina”, como afirmou um de seus secretários em texto assinado³⁹. Se quisermos dar a última palavra à ex-prefeita, podemos ouvi-la em um encontro com mulheres de diretores da Federação do Comércio do Estado de São Paulo em 1996, durante a campanha para a prefeitura de São Paulo:

“Perguntada sobre erros que teria cometido na gestão paulistana, Erundina citou o imbróglio da demolição da mansão da família Matarazzo, na avenida Paulista. Erundina queria evitar a derrubada da construção para erguer ali um ‘Museu do Trabalhador’. Foi um erro transformar aquilo num embate ideológico pensando em estimular a luta de classes’⁴⁰.

Em 2010, o Conpresp destombou a mansão⁴¹ que, afinal, desabou em 1996, quando escavações nas colunas de sustentação surtiram efeito⁴². O desabamento ocorreu dois anos depois que a ação judicial interposta pelo espólio foi vencida pelos proprietários. Na sentença, afirma-se que houve “excesso de poder e desvio de finalidade no ato administrativo”, sendo invalidados o tombamento e a desapropriação. Naquele mesmo ano, o presidente do Conpresp, Eduardo Lefèvre, dirigiu um animado ofício ao arquiteto Gian Carlos Gasperini para informá-lo, com “estima e amizade”, que a procuradoria do município liberara o direito de propriedade sobre o imóvel, restrito

³⁸ Por meio do Decreto nº 34.718, de 2 dez.1994, disponível em <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/decretos/D34718.pdf>. Ver também “Justiça destomba mansão dos Matarazzo” e “Prefeitura recorre contra os Matarazzo”. *Folha de S. Paulo*, 16 mar.1994 e 18 set.1997.

³⁹ RICHTER, Paulo Roberto. “Ação pela Avenida Paulista”. *Folha de S. Paulo*, 26 mar.1996.

⁴⁰ ALVES, Carlos Eduardo. “Erundina faz defesa de privatizações”. *Folha de S. Paulo*, 15 de junho de 1996.

⁴¹ Conpresp, proc. nº 2010-0-038.283-0: *Revogação de tombamento pelo Conpresp* (doravante *Conpresp 2010*), votação em 3 ago.2010 (fl. 72) e ato consubstanciado na Resolução 6/2010 (fl. 77).

⁴² “Desabamento da mansão foi provocado” e “Polícia pedirá nova perícia de mansão”. *Folha de S. Paulo*, 12 e 13 abr.1996, respectivamente.

apenas às normas de uso e ocupação do solo, com as quais o Conpresp não tinha qualquer envolvimento⁴³. Em outras palavras: faça o que quiser no terreno. Caso alguém ainda se lembre dele, o Condephaat não tombou o imóvel depois da reabertura do processo, em 1989.

O projeto de Casa da Cultura do Trabalhador e Museu do Trabalho simplesmente desapareceu da pauta em meio à discussão sobre o destino da mansão. Mais uma vez, a memória do trabalhador desapareceu, mesmo que neste caso foi apenas uma ideia. O Conpresp não seria o lugar da discussão dessa ideia, mas em outros órgãos da Secretaria de Cultura do Município não resta pista dela.

* * *

As palavras do político liberal Edmund Burke, na epígrafe deste texto, indicam que os trabalhadores precisam de disciplina, dadas pelo trabalho, pela paciência, sobriedade, frugalidade e religião, sendo tudo o mais “pura fraude”. Memória, por exemplo. É certo que a demanda por um lugar da memória do trabalho e dos trabalhadores de São Paulo não veio de um protagonismo das entidades de classe ou mesmo de trabalhadores não organizados, entre fins da década de 1980 e início dos anos 1990. Mas a prefeita, oriunda politicamente de movimentos sociais e populares, em ação articulada com as autoridades da cultura no município, entendeu que a preservação da memória dos trabalhadores na terra do trabalho deveria se dar num espaço tradicionalmente associado à riqueza industrial e que isso teria um significado emblemático.

No Brasil, a análise das ações do Estado quase sempre alinham esses agentes com os interesses dos patrões, promovendo ações disciplinadoras e reprimindo por meio de repertórios jurídicos e ações violentas. Neste caso, a Justiça agiu em defesa dos proprietários do imóvel, mas o Executivo municipal, ao menos até o final da gestão Erundina, em 1992, promoveu uma ação alinhada com os interesses dos trabalhadores. Embora não houvesse um projeto executivo, curadoria ou pesquisa de conteúdo, a Casa da Cultura do Trabalhador e o Museu do Trabalho funcionariam no imóvel avaliado como o mais caro do país e tinham pertencido ao industrial mais conhecido do Brasil

⁴³ *Conpresp 2010*, fl. 58.

que, além de tudo, simpatizava com o fascismo. Mas o imóvel acabou não sendo desapropriado e a polêmica em torno dos interesses financeiros se sobrepôs a qualquer discussão sobre a memória dos trabalhadores. Também não se deve esquecer que a Avenida Paulista, lugar onde o projetado museu seria instalado, não é símbolo do trabalho, mas do capital. Uma lógica não dita e repleta de interdições rituais próprios da relação trabalho/capital imperou em todo este caso.

O Museu do Trabalho em São Paulo é um assunto esquecido. A nova proposta, agora em São Bernardo do Campo, não envolve polêmicas: afinal, aquela região fabril é tida como lugar por excelência dos trabalhadores, e sua projetada sede não afronta os interesses do capital. O projeto arquitetônico é louvado e a produção de conteúdo certamente trará as mais recentes tendências historiográficas do mundo do trabalho para as exposições que tiverem lugar ali, o que é uma ótima notícia. Um museu do trabalhador merece o melhor projeto arquitetônico e a melhor curadoria.

A abortada proposta do Museu do Trabalho paulistano, diversamente, traria o trabalhador para um ambiente físico e simbólico que não era o previsível. Penso que isso mereceria uma reflexão: mais do que uma vitória dos proprietários da mansão, o resultado do processo que culminou na demolição da mansão Matarazzo, no inusitado “destombamento” e na liberação do uso do terreno não foi, acima de todo, mais uma derrota da classe trabalhadora? Vendido por R\$ 132 milhões em 2007, o terreno era alvo de um projeto de *shopping center* e torre comercial de autoria de Aflalo e Gasperini Arquitetos Ltda., a ser levantado pelas empreiteiras Cyrela e Camargo Corrêa. As notícias sobre o novo empreendimento ressaltavam a grandeza do empreendimento, o estilo “novo rico” dos autores do projeto e a solidez das construtoras. Sobre o Museu do Trabalho, nenhuma palavra. Talvez museus que um dia venham a existir possam transformar essa derrota em um lugar da memória dos trabalhadores e dar a ela o estatuto de história.